

DOI:10.4025/5cih.pphuem.1619

Velhos bispos, novos tempos: D. Antonio Mazzarotto e o *aggiornamento* conciliar

Profa. Dra. Rosângela Wosiack Zulian
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: O Concílio Vaticano II provocou uma reviravolta no interior da Igreja em dimensões ainda não totalmente exploradas e que instigam os pesquisadores do campo religioso. A inutilidade da condenação da modernidade e sua idéia única de “verdade” e a retomada do diálogo, palavra tão presente na preparação, durante e após o Concílio, destacaram a responsabilidade da instituição por uma missão cujo destinatário não era apenas o mundo católico, mas a humanidade inteira. A elaboração de uma nova eclesiologia pautada sobre categorias inovadoras (a Igreja como mistério e sacramento de salvação e como povo de Deus) produziu um impacto sobre a vida da instituição: a inserção nas correntes do mundo moderno, a articulação com o movimento ecumênico, a desocidentalização progressiva e o reconhecimento da diversidade social, étnica e cultural das diferentes áreas do mundo são elementos que não podem ser desconsiderados. Algumas análises da participação dos bispos brasileiros no evento (Beozzo, 2001) sugerem as múltiplas formas de sua recepção entre o episcopado nacional. Um exemplo significativo é o de D. Antonio Mazzarotto, primeiro bispo da Diocese de Ponta Grossa, Paraná (1930-1965). Nesta diocese, *locus* de disputa de projetos múltiplos e desiguais, D. Antonio representou o esforço unificador e normatizador da instituição católica. Bispo exemplar e inserido numa determinada tradição espiritual, D. Antonio foi fiel ao programa da Restauração Católica de Pio XI, veiculando-o para a diocese através de 36 cartas pastorais publicadas ao longo de seu episcopado. Com o propósito de levar a contribuição dos bispos paranaenses à primeira assembléia da CNBB, marcada para agosto de 1953, o metropolitano D. Manuel da Silveira D’Elboux convocou os bispos da Província Eclesiástica do Paraná para sua primeira reunião, realizada em março do mesmo ano. Nesse encontro e nos subsequentes, D. Antonio verbalizou seu estranhamento em relação aos rumos tomados pela Igreja no período. Posteriormente, a leitura que fez do evento conciliar, presente nas fontes orais, nas cartas pastorais de 1961 e 1963, nos periódicos da época e outras, indica uma estreita pertença a uma comunidade de sentimentos que, não obstante, reagiu de formas distintas às diretrizes da instituição. Perceber o conflito, por parte de D. Antonio, entre a fidelidade à própria formação e à proposta da Restauração Católica e as novas demandas conciliares é o objetivo deste trabalho.

Palavras-chave: projeto; discurso religioso; identidade.

O Concílio Vaticano II representou uma nova perspectiva nas relações da Igreja católica com o mundo moderno. A retomada do diálogo com a sociedade propiciou à instituição a elaboração de uma nova autocompreensão que, ao aliviar a ênfase na autoridade e na obediência, construiu uma eclesiologia assentada sobre duas categorias inovadoras: a) a Igreja como mistério e sacramento da salvação; b) a Igreja como povo de Deus.

A participação dos bispos brasileiros no evento evidenciou, no entanto, as múltiplas formas de sua recepção entre o episcopado nacional. Essa multiplicidade já se revelara anteriormente, por ocasião da proposta de criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que começou a tomar forma a partir de 1950. A CNBB surgiu da idéia de organização de um secretariado nacional permanente com a finalidade de estreitar os vínculos entre os bispos brasileiros, a exemplo do que já existia na França e nos Estados Unidos, nos moldes do Secretariado Nacional da Ação Católica. O padre Helder Câmara, seu idealizador, lutou por essa colegialidade episcopal no Brasil, contando com a ajuda de Monsenhor Montini, então subsecretário do papa Pio XII. O futuro D. Helder realizou um trabalho prévio de articulação dos bispos, utilizando as estruturas da Ação Católica, com o apoio do núncio D. Carlos Chiarlo.¹

A CNBB foi fundada no dia 14 de outubro de 1952, no palácio São Joaquim, Rio de Janeiro. A primeira reunião ordinária foi agendada para Belém do Pará, entre 12 e 19 de agosto de 1953, para a discussão de temas como a posição da Igreja diante da reforma agrária, a imigração, o papel do leigo na sociedade, colocando assim os problemas sociais do Brasil na pauta do episcopado.² Essa abertura à diversidade rebateu de forma distinta entre os bispos brasileiros, especialmente os paranaenses.

Com o propósito de contribuir com a assembléia em Belém, o arcebispo D. Manuel da Silveira D'Elboux, da Província do Paraná, convocou a primeira reunião do episcopado³ para 11 e 12 de março de 1953. Estiveram presentes os bispos sufragâneos D. Antonio Mazzarotto, de Ponta Grossa; D. Geraldo de Proença Sigaud, de Jacarezinho; D. Manoel Koenner, prelado de Foz do Iguaçu; D. Carlos Eduardo Bandeira de Mello, prelado de Palmas.⁴ Segundo Fedalto, os bispos do Paraná no período “*eram muito unidos, eram poucos*” e contribuiu para essa unidade “*a ascendência exercida por Dom Manuel da Silveira D'Elboux, que se constituía numa espécie de 'primus inter pares'*”. Destacou a presença de bispos mais antigos como [...] Dom Geraldo Proença Sigaud⁵, que era o bispo mais intelectual que havia no Paraná. Ele era inclusive o secretário [...] Se vocês lerem as atas verão que era ele que as fazia. O bispo de Ponta Grossa já estava bastante idoso, D. Mazzarotto era muito austero, bem conservador⁶.

Nas atas da Província, desde a primeira reunião, encontramos discussões como: ampliação no apoio ao clero; espiritismo; imigração; criação de um Seminário maior; reforma agrária; criação de novas dioceses, temas que, de forma ampla, integravam a pauta do episcopado nacional no período. O que nos interessa, no entanto, é perceber como os bispos paranaenses significaram, em suas respostas, as solicitações do secretariado nacional da CNBB. Uma delas foi a proposta para a formação permanente de sacerdotes em de círculos de estudos, a qual encontrou sérias resistências.

O [...] Sr. Arcebispo focalizou de início o uso exclusivo que o esquema proposto pelo secretário da CNBB preconiza dos “Círculos de Estudo”, manifestando sua reserva a respeito [...]. Confirmando esse ponto de vista, o Exmo. Snr. D. Antonio Mazzarotto manifestou-se contrário ao uso exclusivo e mesmo mais freqüente dos círculos de estudo. Disse S. Excia. que o que necessitamos é de *conferências bem estruturadas e bem elaboradas, ricas de doutrina*. Tal cousa não se encontra nos tais círculos, que costumam ser superficiais, desordenados e habitualmente produzem um espírito de crítica leviana e superficial. *A opinião do Snr. Bispo de Ponta Grossa foi secundada por todos os presentes.*⁷ [sem grifo no original]

A postura de D. Antonio refletia uma concepção de Igreja que entendia os bispos como os únicos e legítimos representantes e intérpretes das verdades da fé. A proposta dos “*tais círculos*” pressupunha dar voz aos participantes, discutir o tema levantado e externar opiniões, normalmente divergentes. Tal possibilidade não condizia com a visão de autoridade de D. Antonio e D. Sigaud que, juntamente com D. D’Elboux, foram as vozes registradas nas atas dessa sessão. Resolvem eles que

[...] ao seu clero e às suas associações seja ministrada a doutrina católica na forma tradicional, de aulas e conferências, e não em círculos. A êstes cabe apenas um papel subsidiário, de aplicação prática da doutrina. Neste ponto, como em todos os demais, querem seguir a letra e o espírito da Encíclica do Beato Papa Pio X contra o “Sillon”.⁸

O secretário-geral, na época D. Helder Câmara, propunha o envio de relatores oficiais às dioceses, que provavelmente trariam os resultados das discussões das reuniões nacionais e que poderiam ser aplicados, de forma conjunta, nas dioceses. Pelo teor da resposta dada pelo episcopado paranaense, os bispos sentiram-se melindrados, resistindo a atitudes colegiadas e de amplo alcance, entendidas como “fora da realidade paranaense”:

A Província Eclesiástica de Curitiba se reserva plena liberdade na escolha dos temas que serão tratados diante do clero em conferências e semanas de estudos. 1. [...] se reserva o direito de escolher os sacerdotes que falarão ao clero. Não aceita *relatores e conferencistas enviados de fora*, afim de não correr o perigo de entrarem na Província *más doutrinas e máu espírito*, que *infelizmente se encontram em certas partes do Brasil*. Tomam os bispos do Paraná respeitosamente esta atitude em vista do fato de *existirem sacerdotes no Brasil que gozam do favor de autoridades eclesiásticas e que têm sido veículos de más doutrinas e de mau espírito*. 2. [...] manifesta a preocupação que lhe causa a maneira como a CNBB está tratando este assunto dando a impressão de exercer *pressão moral sobre os bispos para aceitarem os relatores por ela nomeados*, como se ela, a CNBB e não cada Bispo em particular fosse o guarda e responsável pela pureza da fé em sua Diocese. 3. [...] promoverá para o seu Clero Semanas de Formação uma vez por ano, em Curitiba, para isto convidando *teólogos que mereçam a confiança do Episcopado da Província*.⁹ [sem grifo no original]

A reação do episcopado paranaense foi crítica e desconfiada. A possibilidade da presença de relatores e conferencistas externos e referendados pela CNBB contrariou os bispos, entendendo-a como intromissão e desconsideração pelo múnus episcopal. Quando utilizaram a expressão “*em certas partes do Brasil*”, é bem provável que estivessem se referindo aos bispos do Nordeste e da Amazônia, reunidos não apenas para discutir ações pastorais internas e práticas de piedade, mas em plena movimentação por reformas sociais junto à população. Quando mencionaram “*sacerdotes veículos de más doutrinas e mau espírito*” poderiam estar fazendo referência a D. Helder e seus colaboradores, já que o secretário-geral, no imaginário da época, era *o bispo vermelho*.¹⁰ Assim desconsideraram os sacerdotes que buscavam aliar as práticas pastorais a uma profunda consciência política e social.

É possível que, pelo fato dessas reuniões não terem acontecido no Sul, nem seus bispos consultados, ou porque articuladas por D. Helder, o episcopado do Paraná, de forma explícita mencionou “*sacerdotes no Brasil que gozam do favor de autoridades eclesiásticas*” referindo-se às boas relações entre D. Helder e o núncio apostólico. A “*pressão moral*” a que fazem menção sugere a resistência a propostas de práticas e discursos comuns entre o episcopado nacional que, entre outras, iriam nortear parte da hierarquia da Igreja nos embates com a ditadura militar. O mesmo se aplica aos teólogos “*que mereçam a confiança do Episcopado da Província*”. Esses, certamente, não seriam aqueles “modernos” e prontos a discutir a questão nacional em círculos de estudos “*superficiais, desordenados e (que) habitualmente produzem um espírito de crítica leviana e superficial*”.

A CNBB recomendava ao episcopado nacional uma nova atitude, colegiada e participativa que para muitos bispos, especialmente os do Paraná, poderia significar uma publicização de suas posturas, um questionamento dos pares e um repensar da imagem de príncipes da Igreja. Não podemos afirmar que os bispos, antes da criação da CNBB, estavam isolados em suas dioceses e que depois da articulação nacional passaram a partilhar das vivências diocesanas, mas que, entre outras oportunidades do tempo, a CNBB foi vetor de cooperação mútua e de organização regional, mudanças às quais os paranaenses reagiram com muitas reservas. Eles representaram, em seus nexos discursivos, sentimentos simultâneos de pertença e rejeição, intensificados quando confrontados com as mudanças na condução da Igreja nacional pela CNBB e a proximidade do Concílio Ecumênico.

Este, convocado por João XXIII, reuniu-se a partir de outubro de 1962, em meio à guerra fria e à corrida espacial. Frei Kloppenburg, num texto de dezembro de 1968, fez um balanço da situação da Igreja no período, *pois [...] é necessário pôr em seu contexto histórico o que está acontecendo agora*.¹¹ Comentando o pronunciamento de João XXIII do dia 09 de agosto de 1959 dizia que, para o papa, o Vaticano II

[...] prefere usar mais o remédio da misericórdia que o da severidade: julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validade de sua doutrina que condenando erros [...] Levantando o facho da verdade religiosa, a Igreja deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade com os filhos dela separados.¹²

O papa, referindo-se aos protestantes e ortodoxos, os cismáticos e hereges de outrora, colocava-os agora oficialmente como convidados e observadores. Não seria mais um concílio anti-herético, mas um concílio positivo e otimista de construção; nem seriam seus bispos os juízes implacáveis de outrora, “mas mestres e pastores”. Surpreendente reflexão para quem, até finais da década de 1950, elaborara extenso e profundo combate contra os inimigos da Igreja, especialmente a “heresia” espírita. D. Kloppenburg empenhou-se na leitura dos “sinais dos tempos” e buscou interpretá-los à luz da *“tensão entre a dinâmica do Progresso e a constância da Tradição”*, num equilíbrio nem sempre fácil, mas urgente.

D. Antonio respondeu à consulta remetida por Roma datada de 18 de junho de 1959, pela qual os futuros padres conciliares deveriam enviar de antemão os *vota* (respostas) e sugestões, úteis na preparação dos temas.¹³ Compareceu apenas à primeira sessão; seu coadjutor e futuro bispo residencial, D. Geraldo Micheletto Pellanda CP, participou das 4 sessões.¹⁴ Entretanto divulgou oficialmente a chamada conciliar em 1961, talvez pelo fato de que estivesse, entre outras atividades diocesanas, preparando o relatório da diocese para a visita *“ad limina”* quinquenal. Ou mesmo estivesse em visita pastoral, atividade ininterrupta de seu episcopado. Ou talvez, pressentindo mudanças nas relações da Igreja com a sociedade, tardou em apresentar sua visão sobre o evento. No entanto, qualquer uma das duas primeiras possibilidades, considerada a sua importância, superaria a do anúncio conciliar à diocese? E a terceira significaria um proposital atraso ao pedido papal, considerando seus temores, impressões e projeções? São indícios para os quais não temos uma resposta, mas que sugerem sua reação diante de uma situação singular. D. Antonio tinha suficiente preparo intelectual para captar a importância de um concílio, plenamente reconhecida na carta pastoral de 1961. Mas fez a sua interpretação.

Até a página 7 (de um total de 15), ele apresentou a instituição como guardiã *“só da verdade e de toda a verdade (p. 3)”*. Fundamentando sua legitimidade na sucessão apostólica a partir de Jesus Cristo, portanto divina, excluiu qualquer possibilidade de erro, *“pois não poderia ser condenado eternamente quem não cresse na doutrina dos Apóstolos [...] se eles, até o fim dos tempos pudessem ensinar algum erro (p. 3)”*. Neste momento, D. Antonio ainda utilizou o instrumento da ameaça de condenação eterna. Para ele, o mundo era o reino da perdição e do pecado e, mais uma vez, afirmou que *“o maligno desencadeou tôdas as suas*

fôrças infernais e está tentando novas conquistas nunca antes imaginadas”, confirmando os sentidos das pastorais anteriores que arrolavam longa lista de infidelidades:

Desgraçadamente não são poucos esses filhos pródigos que vivem bem longe da casa paterna. Seu número é incalculável. [...] Inscrevem-se como católicos nos recenseamentos, mas na realidade, quanto à sua vida e costumes, não passam de pagãos [...] A justiça, a caridade, a pureza perderam para eles todo o seu sentido e valor. [...] E quantas vitórias vão obtendo esses filhos das trevas (p. 4).

Para justificar a sua visão, invocou os motivos da convocação dos grandes concílios da Igreja que, como o anúncio recente, pugnaram pela definição das verdades da fé.

Ario ataca a divindade do Verbo de Deus e os Bispos se reúnem em Nicéia. Nestório nega a divindade de Jesus e é convocado o Concílio de Éfeso. A integridade da natureza humana do Verbo Incarnado é rejeitada por Eutiques e os Padres Conciliares são chamados a Calcedônia. Lutero pretende destruir os fundamentos da Igreja e os Bispos o condenam no Concílio de Trento. Reune-se no Vaticano o Concílio para firmar a infalibilidade do Romano Pontífice (p. 4).

D. Antonio fez a sua leitura do evento, não do que aconteceu, mas como prospecção do que deveria acontecer. Provavelmente impactado pelo pluralismo e multivocidade da primeira e única sessão da qual participou, na carta de 1963 interpretou o significado do Vaticano II através da importância que atribuía ao Vaticano I, as soluções que este apresentou e os Papas que aplicaram suas decisões.

A 8 de dezembro de 1869, [...] Pio IX, com a presença de mais de 700 Padres Conciliares, procedia á abertura do Concílio Vaticano I. Além de *condenar várias doutrinas contrárias aos ensinamentos do S. Evangelho*, esse Concílio apresenta e documenta verdades fundamentais da S. Religião. A unidade da S. Igreja se tornou mais esclarecida e solidificada e a autoridade do Papa mais prestigiada e acatada.[...] Apareceram posteriormente *graves problemas filosóficos, sociais e políticos, sobre os quais cumpria fazer novas investigações e pesquisas e diante dos quais se deviam assumir novas atitudes*. Motivou a solução desses problemas as grandes Encíclicas dos papas Pio IX, Leão XIII, Pio XI e Pio XII, de veneranda e santa memória [...] *realçaram a doutrina católica diante dos erros que sucessivamente iam aparecendo* e apontaram o caminho que devem os católicos trilhar perante os múltiplos aspectos da vida moderna (p.4) [sem grifo no original]

É perceptível que a “*condenação das doutrinas contrárias aos ensinamentos do S. Evangelho*” relacionava-se à perspectiva de que o Vaticano I proclamara a “única verdade” e que a unidade da igreja passava pelo reforço à autoridade pontifícia, questionada naquele momento. Desafios específicos (materialismo, cientificismo, liberalismo, comunismo, feminismo, enfim, os “males da modernidade”) exigiam “novas atitudes” por parte da instituição, mas foram doutrinados como “erros” e condenados. D. Antonio, nessa lógica, sugeria o encaminhamento do Vaticano II consoante as decisões do Vaticano I, quase um século antes. Em suma, proclamava a novidade conciliar através das velhas fórmulas carregadas dos sentidos do início de seu episcopado. Legitimou o evento pelo cânon 228, que proclamava o Concílio Ecumênico como o fato interno mais importante da Igreja, pelo qual o papa convoca todos os bispos “para conhecer os obstáculos que se opõem à difusão da doutrina cristã, condenar novas ideologias contrárias à revelação; rever as normas destinadas a salvaguardar e elevar a moral e os bons costumes, fixar novas diretrizes para a pregação do evangelho e conquista das almas ao reino de Deus (1961, p.7)”.

Destacou, assim, a importância dos concílios para a unidade da Igreja e mesclou o enfrentamento de novos desafios como a instabilidade política mundial, a necessidade de outras formas de apostolado, a moral conjugal e familiar, às velhas questões como a condenação das “novas ideologias” (leia-se comunismo) e a conquista das almas para o Reino. Entretanto, jamais acenou com a corresponsabilidade histórica da Igreja católica nas cisões que usou como exemplo:

As grandes seitas dos séculos IV e V – o arianismo, o nestorianismo, o monofisismo – romperam por primeiro a unidade da igreja, introduzindo à heresia tantos filhos

seus. No século XVI, as heresias luterana, anglicana, calvinista e outras foram o flagelo que mais afligiu e enlutou a Igreja em todos os tempos. Presentemente são 260 000 000 de cristãos divididos em mais de 300 confissões ou seitas protestantes e 190 000 000 os que constituem as Igrejas Orientais ortodoxas.[...] O que, entretanto, conforta é que a grande maioria desses *irmãos*, em especial, os ortodoxos, são *vítimas irresponsáveis* pela sua situação religiosa. Muitíssimos deles, *com o seu desejo e reta intenção, fazem parte, sem o saberem, da Igreja Católica.* [...] Aos membros dessas Igrejas une-nos a mesma fé e piedade, a mesma devoção à Mãe de Deus, que, numa tradição profunda e ininterrupta, é invocada por nós e por eles com o glorioso nome título de Imaculada Conceição (1961, p. 5-6). [sem grifo no original]

Ao recuperar as quebras da unidade da Igreja ao longo do tempo, ele uniu os sentidos da ruptura provocada pelas “seitas” da Igreja primitiva aos Cismas do Ocidente e do Oriente, a que chamou “heresias”, presentificando as cifras que tais divisões produziram. Mas, fiel à orientação papal, D. Antonio reiterou a boa vontade da Igreja católica, destacando os múltiplos esforços do papa na concretização da unidade dos cristãos. Mesmo acolhendo as palavras de João XXIII, D. Antonio ainda manteve o velho discurso:

É verdade que o Concílio se irá ocupando também da dilatação da fé católica [...] da adaptação da disciplina da Igreja às necessidades de nossos tempos e da indicação de remédios eficazes **contra a depravação dos costumes, contra o ateísmo militante, o materialismo pagão e seu companheiro, o hedonismo,** ou a sede de prazeres, mas o ponto central será a unidade dos cristãos na união das Igrejas em Jesus Cristo (1961, p.9). [sem grifo no original]

Atribuiu ao Vaticano II a esperança de “[...] *oferecer aos irmãos separados admirável espetáculo de unidade, de verdade e caridade da Igreja e, por esse meio, aliciá-los e convidá-los a buscarem e encontrarem a unidade* [...] (1961, p. 4)”. A “unidade dos cristãos”, D. Antonio entendeu como entendia a hierarquia da Igreja, como a adesão das “igrejas separadas e cismáticas” à autoridade da Igreja católica, num reconhecimento quase que automático devido à boa disposição de João XXIII. O sentido da palavra *união* passava pela idéia de adesão dos separados às diretrizes de Roma e não da construção de um diálogo entre duas ou mais interpretações do cristianismo, historicamente cindido. Embora tratasse os ortodoxos e protestantes como *irmãos*, ainda os via nessa situação porque “*separados pela heresia ou pelo cisma*”, “*pobres enganados*”¹⁵ para quem a Igreja “*procurará aplainar o caminho para a volta*” (1961, p. 9). Em suma, como os ortodoxos e outros “*com o seu desejo e reta intenção*”, tinham sido “*vítimas irresponsáveis*” pela própria situação religiosa, a Igreja, de forma magnânima, possibilitava o retorno, pois estavam colocados num patamar inferior. Para D. Antonio o Vaticano II simbolizava a reafirmação da autoridade da Igreja, presente na sucessão petrina e apostólica, a infalibilidade de seu magistério e a santidade, só nela encontrada. Mesmo produzindo uma escritura de tom mais suave, continuava reproduzindo os velhos sentidos, revelando esperança na possibilidade de o Concílio, ainda não findado, reverter as mesmas e inquietantes demandas:

Jesus está sendo, mais do que nunca, *expelido da vida civil, social e política* e crucificado nas almas dos crentes. [...] É mister que reviva a Fé católica, que se renove a vida cristã, que floresçam os bons costumes. É necessário que todos se deixem iluminar e governar por Jesus Cristo. Cumpre, numa palavra, que volte entre nós o conceito cristão da vida (1963, p. 6). [sem grifo no original]

Contudo, não entendemos tal discurso como uma distorção do anúncio papal, mas como expressão de um modelo eclesiológico fundado na autoridade e na obediência e, para D. Antonio, seu representante, uma interpretação plausível. Talvez fosse esse o entendimento de boa parte do episcopado brasileiro às vésperas do concílio. Baraúna percebeu na análise que fez dos *vota* a expressão de uma visão de Igreja e de mundo acentuadamente pós-tridentina, com preocupações clericalistas, voltada quase que exclusivamente para sua vida interna, atribuindo à escassez de padres as dificuldades na evangelização. Poucos bispos se preocuparam com o confronto da Igreja com a modernidade e a situação de miséria de grande

parte da população mundial.¹⁶ Para o autor, a leitura dos *vota* permitiu o delineamento de três grandes tendências na Igreja católica do período: a) uma minoria que entendeu ter chegado o momento de se relativizar a *pequena* tradição (a pós-tridentina) e reatar com a *grande* Tradição (a “Igreja das fontes”, que engloba o período que antecede a Reforma e mesmo a Idade Média), numa postura de renovação do diálogo com um homem e uma cultura novos, surgidos à revelia da Igreja instituição¹⁷; b) a maioria conservadora e moderada que desejava avanços e mudanças na Igreja, (na liturgia, na disciplina eclesiástica, no Direito Canônico) desde que a doutrina permanecesse intocada. Os avanços deveriam ocorrer de forma que não comprometessem a Tradição da Igreja (entendida como a pós-tridentina). Embora não possam ser identificados como reacionários, não conseguiram perceber os desafios do mundo moderno e ainda adotavam o referencial clericalista e eclesiocêntrico; c) uma minoria ultra-reacionária que entendeu o evento conciliar como um freio que sustasse a aceitação dos corolários da modernidade e um retorno aos postulados da Igreja pós-tridentina.¹⁸

Caldeira atribui a existência desses grupos à luta simbólica pela interpretação do concílio. Assim, os textos conciliares traziam como resultado a vitória da maioria embalada pelos movimentos de abertura, mas também as tentativas de ingerência e contenção da aguerrida minoria antimoderna. A minoria reacionária rearranjou-se em duas vertentes: a primeira continuou presa à condenação do mundo moderno além de enxergar no Concílio o rompimento com a Tradição e negar suas diretrizes¹⁹; a segunda vertente foi representada, entre outros, por D. Giuseppe Siri e D. Geraldo de Proença Sigaud. Estes, finalizado o concílio, embora tivessem proposto apenas uma aceitação formal de seus textos, mantendo em suas dioceses o espírito condenatório antimoderno, afastaram-se progressivamente de Lefebvre e Mayer que caminhavam para uma radical negação.²⁰

Qual teria sido a escolha de D. Antonio e o que poderia indicar a adoção de uma vertente? Se assim o fez, teria sido legítima, posto que participou apenas da primeira sessão, distanciado das discussões e das decisões finais? E se escolheu, quais foram seus critérios? Afinal, é possível emoldurar D. Antonio em uma dessas possibilidades? Talvez possamos perceber algumas respostas na última carta pastoral, intitulada “Obras da palavra e do silêncio”²¹.

A abertura remete às pregações de João XXIII, “*de quem guardamos saudosa e grata memória*”, sobre as obras de misericórdia espirituais que, agrupadas, englobam e resumem, de forma didática, seu projeto para a diocese: a) obras da palavra (ensinar os ignorantes; dar bom conselho a quem necessita; corrigir a quem erra; consolar os aflitos); b) obras do silêncio (perdoar as injúrias; sofrer com paciência os defeitos do próximo); c) obras da palavra e do silêncio (rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos).

A linguagem, além de espelhar tristeza, sugere a preparação para a morte, não apenas física, mas a própria morte para a vida pública. Embora recupere o velho discurso de ameaça às “penas da privação de Deus e do fogo eterno (1965, p. 4)” para os que não praticassem as obras de misericórdia, o sentido da carta encaminha-se para o perdão e a misericórdia: D. Antonio parece falar da própria compreensão do momento. Se compararmos as características arroladas por Pierucci e Antoine acerca do integrismo católico²² e ainda conforme Seiblit²³, D. Antonio se enquadraria na perspectiva de prelado tradicionalista, pela postura de rejeição a todos os sentidos da modernidade, pela condenação dos inimigos da ordem cristã e pela defesa da instituição católica como a única e legítima portadora de toda a verdade. Oficiosamente sua percepção sobre o evento conciliar era conhecida:

Na primeira reunião do Concílio foi D. Antonio, ele voltou de lá, eu fui lá conversar com D. Antonio. Ele disse: aquilo ali o diabo tinha um rabo [...] Tinha um rabinho do diabo lá! Eu fiquei assim meio assustada! Bom, no ano seguinte foi D. Geraldo e quando chegou, eu fui perguntar. Ele disse: depois daquilo, só o céu!²⁴

Para outro entrevistado, “*D. Antonio era um conservador que não aceitava as normas e novidades conciliares*”:

[...] É que não cabia na idéia dele, também ele tinha mais idade. [...] Então D. Geraldo sempre me dizia: tenho, apesar de querer correr quilômetros, dar um passo depois do outro pra não desagradar D. Antonio para que sinta que aquela obra que fez teve grande valor. Foi de grande alicerce para nossa igreja de Ponta Grossa e para a Diocese de Ponta Grossa; mas agora temos que dar um passo além. Só que com precaução para não chocá-lo.²⁵

Esses discursos representam D. Antonio, no momento conciliar, como o “outro”, um estranho à modernização da Igreja e mesmo seu opositor, um velho prelado a quem se devia respeitar a longevidade e cuidar, por esse motivo, para não chocá-lo com “novidades”. Foram produzidos também por membros do laicato, e denotam uma leitura superficial das percepções de D. Antonio, atribuindo sua reação a uma postura intransigente, à idade e a uma natural rabugice decorrente. Não conseguiram perceber que a questão era bem mais complexa.

O edifício das plausibilidades do mundo do bispo, alicerçado não apenas no espaço diocesano e eclesial, ou numa comunidade de sentimentos, mas na sua compreensão pessoal do “conceito cristão da vida”, fora abalado de fora para dentro. E mais, pelo rigor da ortodoxia e a radicalidade na defesa da fé, que remetiam a um passado “ideal”, mas “passado”, seus “modelos de santidade” foram tratados, com sutil ironia, como anacrônicos. É difícil atribuir à atitude de D. Antonio um simples ressentimento ou mágoa por aqueles que não o compreenderam ou ainda, a coisas de velhos prelados rancorosos ou inconformados com as novas perspectivas da Igreja ratificadas no concílio. Não se trata apenas de disputa por procedimentos pastorais, tampouco pela hegemonia de determinada corrente teológica. Trata-se também, e principalmente, de “sentido de vida”.²⁶ A identidade católica, dentro da construção de sentidos elaborada por D. Antonio Mazzarotto, fundamentava-se nas palavras dos santos, padres e doutores da Igreja que respaldavam uma visão religiosa, social e antropológica avalizada pelo Concílio de Trento. Nesses rígidos sentidos de hierarquia e obediência, o vértice era Deus. Essa percepção pode ser vislumbrada neste depoimento:

D. Antonio tinha um alto senso de autoridade ao ponto de, quando as pessoas chegavam para cumprimentá-lo, ele levava a mão na altura dos seus joelhos para obrigar a pessoa a ajoelhar-se para o beija-anel e na conversa você sentia que ele se considerava acima do bem e do mal. Não era nada amável, nem tinha senso de humor.²⁷

Assim, devemos considerar o sofrimento provocado pela dissociação entre convicções religiosas profundamente interiorizadas e os novos consensos produzidos a partir da convocação conciliar, em que a estrutura de sentimentos e as sensibilidades perderam sua consonância com a realidade exterior. Frei Kloppenburg, mesmo tendo exercido função de consultor da Comissão Teológica do Concílio e de perito conciliar, além de toda uma série de documentos, crônicas e comentários publicados sobre o evento, não escondeu o impacto que sentira: “*Devo confessar que não fui educado nem formado neste novo espírito. Muita coisa proposta e ouvida na Aula Conciliar não cabia nas categorias e estruturas mentais que eu recebera e às quais me habituara.*”²⁸

Silva faz um relato que ilustra muito bem a angústia e o sentimento de obsolescência, pressentidos em D. Antonio Mazzarotto, quando aborda uma biografia de frei Tomás Borgmeier. Este fora um cientista de renome internacional na área de entomologia, com cerca de 240 publicações em mais de 5000 páginas impressas, professor de exegese bíblica, diretor da Editora Vozes e idealizador, fundador e redator assíduo da Revista Eclesiástica Brasileira (REB). Tratava-se, portanto, de um dos melhores e mais preparados quadros da Ordem Franciscana naquele momento. Frei Walter Kempf, ao relatar a fundação da REB, comentou que frei Borgmeier

Tinha perfeita consciência do alcance da nova missão que assumiu plenamente e exerceu com idéias claras e projetos bem formulados. [...] soube estreitar laços com a hierarquia da Igreja: Dom Sebastião Leme, Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Agnello Rossi foram seus grandes amigos. Também mantinha bons contatos com a

Nunciatura. Sua fidelidade à autoridade eclesiástica [...] decorria espontaneamente do conceito de ordem que aprendera com os escolásticos.²⁹

A atividade de cientista consagrado, segundo relatos, compunha harmoniosamente com sua identidade religiosa. Preparado para compreender a linguagem teológica do Concílio Vaticano II e o significado pastoral da Igreja diante do mundo moderno, ao qual já estava ligado pela atividade de pesquisa, não escondeu, entretanto, seu sofrimento diante das mudanças de orientação da instituição. Não conseguia conformar-se com a abertura que se operou na Igreja não só com o Vaticano II, mas também com os “sinais dos tempos”. Sofria visivelmente porque as “coisas” já não seguiam pelo caminho que ele mesmo, no seu tempo de diretor e redator, tinha estabelecido. Frei Borgmeier sentia, sobretudo, a aparente diminuição da autoridade do papa, a quem era muito devotado, a diluição dos contornos marcados nas enunciações doutrinárias que contrastava com seu mundo constituído por definições e categorias precisas. Essa angústia, diz o biógrafo, merece um pouco mais que o sorriso compadecido e entendedor que a classifica tranqüilamente como “coisas dos velhos”. Afirmava ele que o interessante é que o fenômeno acontece com frequência mais elevada precisamente naqueles “velhos” que durante a sua vida se deram ao trabalho de conquistar convicções pessoais e construir o seu cosmo.

Diferentemente de D. Geraldo de Proença Sigaud, D. Antonio não manifestou publicamente seu estranhamento ao Concílio, nem seu nome consta de qualquer questionamento aos esquemas a serem votados por aquela ocasião. Não denunciou ou expôs publicamente aqueles que julgava “inimigos da religião e da pátria”, embora partilhasse de seus sentimentos a respeito. Diferentemente de Monsenhor Lefebvre e de D. Antonio de Castro Mayer, não se contrapôs ao papa, avalizando, no concílio, posturas das quais discordava mas que, por afeto e respeito à sua autoridade, passou a aceitar dentro de suas próprias possibilidades de compreensão. Uma possível atitude de amortecimento do *aggiornamento* conciliar, em termos doutrinários, pastorais ou litúrgicos, seria até esperada. Mas não houve tempo, o ano de 1965 sincronizou o fim: a chegada à idade canônica, a última carta pastoral, o pedido de renúncia oficial, porque oficiosamente fora solicitado seu afastamento, a nomeação do bispo coadjutor como titular à sua revelia,³⁰ o encerramento do Vaticano II em 08 de dezembro.

Sua postura, a fidelidade a um modelo eclesiológico questionado, a prática discursiva pouco retocada, o coadjutor que entendeu o Vaticano II como “depois daquilo, só o céu” e que possivelmente aspirava à titularidade, podem ter desencadeado jogos de política interna em cuja correlação de forças o capital simbólico de D. Antonio, já instável, teve peso menor. Este capital, baseado “na reputação, na opinião, na representação, pode ser destruído pela suspeita, pela crítica”.³¹ D. Antonio, subliminarmente, fora superado pela modernidade que tanto combatera e pela dificuldade de diálogo com o universo diocesano, diálogo que agora a Igreja instava a todos os seus pastores. Subliminarmente, porque os indícios parecem apontar para essas possibilidades, visto que em momento algum ou em qualquer fonte consultada, essas questões aparecem de forma clara, nos restando apenas rastrear as “pegadas” deixadas nas fontes.

O processo foi resumido de forma asséptica e oficial: em 24 de abril de 1965 “a Santa Sé aceitou o pedido de renúncia de Dom Antonio Mazzarotto e Dom Geraldo Micheletto Pellanda assume o bispado de Ponta Grossa”.³² Depois disso, “não mais emitiu qualquer palavra escrita ou falada oficial, recolhido no silêncio e contínua oração em sua casa, atendendo apenas aos que o procuravam para orientação espiritual”.³³ O sentimento de perda, gradativamente enunciado a partir de 1960, ele os resumiu nas “grandes potências da misericórdia: falar, calar, orar (1965, p. 19)”. Talvez seja difícil compreender como um bispo com o perfil de D. Antonio tenha se mantido fiel às suas próprias escolhas pessoais e institucionais, quando a instituição pela qual entregara a vida estava tomando outros rumos. A

resistência aos “novos tempos”, jamais publicizada, provocara nele um duplo conflito: ou obedeceria às decisões conciliares e assim negaria todo o arcabouço doutrinário e a estrutura de sentimentos em cuja crença apostou sua vida e suas certezas, ou, sendo fiel às próprias convicções, desobedeceria às diretrizes pontifícias, possibilidade para ele aprioristicamente descartada. Ambas as saídas, irreconciliáveis, foram resolvidas externamente. Entre o sofrimento pelo inaceitável e a possibilidade do rompimento, D. Antonio não teve como escolher. Essa violência consentida prende-se paradoxalmente aos seus próprios conceitos e práticas de fidelidade à instituição, que anunciava da primeira à última pastoral: a fidelidade irrestrita e essencial à figura do representante de Cristo na terra, o Papa. Outros sentidos ganharam existência nesse silêncio, um silêncio fundador que fez com que ‘outros’ sentidos aparecessem³⁴ e que disse aquilo que as palavras nunca fizeram de forma clara: que permanecia fiel à Igreja e ao papa porém não concordava com os rumos que a instituição tomara após o Vaticano II, que tinha diferenças com o coadjutor e que não fora sequer consultado sobre a sucessão diocesana, que estava lúcido, que fora descartado. Mesmo que alguns ainda compartilhassem de suas certezas, D. Antonio ficou só. É possível que aí tenha feito a sua maior experiência religiosa, a sua *metanoia*: a renúncia, o “deserto” e as “*obras do silêncio, isto é, de paciência tácita e de tácito perdão – o que importa refrear a língua e conservá-la silenciosa (1965, p. 15)*”.

Renato Janine Ribeiro comenta que Menocchio, o moleiro friulano, foi um mártir da palavra. Muitos pensadores sofreram por suas idéias, mas talvez aquele tenha sofrido mais: não só a repressão oficial, porém antes dela, já a solidão. Para D. Antonio, como para Menocchio, aplica-se o comentário: “Nem toda confissão é uma vitória da tortura; porque às vezes a pior tortura é ter a voz silenciada”³⁵.

¹ BARROS, R. C. de. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação. *Presença pública da Igreja no Brasil. (1952-2002): Jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 32-33.

² PILETTI, N.; PRAXEDES, W. *Dom Helder Câmara - entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997, pp. 195-196.

³ Na organização proposta pela CNBB, até 1964 o Paraná pertenceu à Regional Sul I, de São Paulo A criação dos regionais em 1965 justificou-se pela extensão territorial do Brasil, pelas dificuldades de comunicação e por suas especificidades regionais. Cf. QUEIROGA, G. F. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB: comunhão e co-responsabilidade*. São Paulo: Paulinas, 1977, nota 83, p. 244.

⁴ LIVRO DE ATA. Da Província Eclesiástica do Paraná (1953-1966), p. 1.

⁵ D. Sigaud (1909-1999), de origem verbita, fora nomeado bispo da diocese de Jacarezinho (PR) em 1947 e promovido a Arcebispo Metropolitano de Diamantina (MG) em 1961. Seu convívio com Plínio Corrêa de Oliveira iniciou em 1935, por ocasião de um retiro espiritual no Seminário do Espírito Santo. Co-fundador da Sociedade Tradição, Família e Propriedade (TFP), dela se desligou oficialmente em 1970.

⁶ CHIQUIM, C. A. *CNBB no Paraná e a história da evangelização*. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção à Vida, 2005, p. 253. A idade dos bispos deve ser contextualizada: em 1953, D. D’Elboux tinha 49 anos, D. Antonio, 63; D. Sigaud, 43; D. Eduardo, 51.

⁷ LIVRO DE ATA. Da Província Eclesiástica do Paraná (1953-1966).

⁸ Idem. O *Sillon* foi um movimento de um grupo de estudantes do colégio Stanislas, em Paris, no início da década de 1890, que buscava a conciliação entre o cristianismo e os princípios de 1789. Pio X, em 25 de agosto de 1910, enviou um documento ao episcopado francês destacando três erros do movimento: infiltrações modernistas; pretensão autonomista perante a hierarquia eclesial e alianças com não-católicos; posições incompatíveis com a doutrina católica tradicional da sociedade. ROGIER, L. J. et al. *A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno*. Tomo I. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 50-53.

⁹ LIVRO DE ATA. Da Província Eclesiástica do Paraná (1953-1966).

¹⁰ Sebastião Ferrarini compilou uma série de “qualificativos” utilizados contra D. Helder: antístete bolchevista, tartufo de sotaina, pombo-correio da esquerda, líder anarco-esquerdista do clero, comunista sino-cubano, etc. *A imprensa e o arcebispo vermelho (1964-1984)*. São Paulo: Paulinas, 1992.

¹¹ KLOPPENBURG, B. Tradição e Progresso no equilíbrio do Vaticano II. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 28, fasc. 4, pp. 793-809, dez. de 1968, p. 704.

¹² KLOPPENBURG, Op. cit., p. 796.

¹³ A vasta documentação enviada por bispos do mundo todo (os *vota*) foi estudada e categorizada no decurso de um ano e reduzida a formas que exprimissem suas sugestões em termos de questões doutrinárias, disciplina do clero, Direito canônico, seminários, laicato, sacramentos, preceitos eclesiásticos, culto, magistério da Igreja, processos, etc. BEOZZO, J. O. *Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia-1959-1965*. v. 1 e 2, São Paulo: USP, 2001, pp. 52; 61.

¹⁴ BEOZZO, op. cit., pp. 285-286; 317. O autor investigou a trajetória de cada bispo brasileiro. Fez também um levantamento dos que produziram algum tipo de documentação para informação das suas dioceses. D. Antonio dedicou ao concílio duas cartas pastorais: *Solene Assembléia* (1961) e *Preparação e Fruto* (1963).

¹⁵ Essa expressão foi utilizada na carta de 1933 e se aplicava a todos os separados da “verdadeira” Igreja, mas que “vivem em boa fé”, CARTA PASTORAL *Arca de Salvação*. Curitiba: Oficinas Graficas A Cruzada, 23 de fevereiro de 1933, pp. 12; 20.

¹⁶ BARAÚNA, L. J. Análise dos “vota” do episcopado latino-americano e caribenho. Brasil. In: *A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio: História do Concílio Ecumênico Vaticano II*. S. Paulo: Paulinas, 1993, p. 151-155.

¹⁷ Destacaram-se nessa tendência: D. Helder Câmara (bispo auxiliar do Rio de Janeiro e, em 1964, arcebispo de Olinda e Recife; secretário da CNBB); D. Armando Lombardi (núncio apostólico); D. João Batista Albuquerque (arcebispo de Vitória); D. Geraldo Penido (bispo de Juiz de Fora); D. Eugênio Sales (bispo auxiliar de Natal e futuro Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro).

¹⁸ Esta ala era representada por Monsenhor Lefebvre, D. Antonio C. Mayer e D. Geraldo Sigaud, entre outros. O grupo articulou a corrente integrista do Concílio, o *Coetus internationalis patrum*, sob a liderança do arcebispo espiritano Marcel Lefebvre. GONÇALVES, P. S. L.; BOMBONATTO, V. I. *Concílio Vaticano II*. Análise e perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 155-158.

¹⁹ Seu expoente, Marcel Lefebvre, lutou durante o concílio contra as novas tendências eclesiais. Com o passar dos anos caminhou, de uma aceitação reservada, para uma negação total: Lefebvre foi suspenso *a divinis* em 1976 e excomungado em 1988, junto com D. Mayer, por sagrar bispos sem autorização da Santa Sé.

²⁰ CALDEIRA, R. C. Reflexões acerca da continuidade e descontinuidade no Vaticano II: possibilidades de análise. *Revista Eletrônica*. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Disponível em www.teologia-assuncao.br/re-eletronica. Consultado em 21/10/2008.

²¹ CARTA PASTORAL *Obras da palavra e do silêncio*. Ponta Grossa: Tip. Brasil, 23 de fevereiro de 1965.

²² Embora o integrismo brasileiro apresente diferenças do europeu dos finais do século XIX, ambos têm em comum a preocupação fundamental de busca de uma ordem social cristã. ANTOINE, C. *O integrismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 7. Defende: a autoridade e inerrância dos papas; zelo militante pela defesa da religião; a modernidade como o oposto à tradição; a hierarquia da Igreja como a única e legítima detentora da ordem social e política; a recuperação do político para fins religiosos. PIERUCCI, A. F. *Cidades da diferença*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 189-191.

²³ “*Todos os movimentos integristas autodenominados tradicionalistas insistiram [...] no princípio fonte da unicidade da verdade. O mundo moderno se perdeu no dia em que abandonou este princípio tomista.*”. SEIBLITZ, Z. Conflito na Diocese de Campos. In: SANCHIS, P. (org). *Catolicismo: modernidade e tradição*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 253-254.

²⁴ Depoimento. de integrante de movimento religioso. MARTINS, T. H. *Geração Vaticano II: uma nova percepção de Igreja (1965-1975)*. Ponta Grossa: UEPG, 2007 – Monografia (Graduação em História), p. 53.

²⁵ *Ibidem*, p. 90. No entanto, D. Geraldo também era tido como conservador por boa parte de seus diocesanos.

²⁶ SILVA, E. A. *Identidades franciscanas no Brasil: A Província da Imaculada Conceição -entre a Restauração e o Concílio Vaticano II- -v.1 e 2-Tese (Doutorado em História)*. Rio de Janeiro: UFF, 2000, p. 359.

²⁷ Depoimento de Hamilton Lima (pseudônimo).

²⁸ KLOPPENBURG, B. (comp.) **Concílio Vaticano II**. v. III, Segunda Sessão (set./dez. 1963). Petrópolis: Vozes, 1962-1966, p. 98.

²⁹ Vida Franciscana. São Paulo: ano LIII, p. 77-96, out. 1976 *apud*. SILVA, op. cit, p. 360.

³⁰ “*D. Geraldo dava a entender, sem ninguém perguntar [...] que o telegrama da nunciatura chegou primeiro para ele e depois para D. Antonio. Segundo as más línguas da época, quando D. Geraldo foi conversar para acertar todo o cerimonial, D. Antonio foi apanhado de surpresa*”. Depoimento de Hamilton Lima.

³¹ BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.133.

³² *A diocese de Ponta Grossa no seu jubileu áureo (1926-1976)*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976, p. 102.

³³ MACHADO, G. P. D. Antonio Mazarotto- o orante orador sacro do Paraná. *Antologia*. Academia de Letras dos Campos Gerais, 2002, p. 50.

³⁴ ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 66; 87-88.

³⁵ RIBEIRO, R. J. Posfácio. GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 192.